



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40º, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao Art.1º; Art.2º Inciso II e Art.11º da Lei 14.133/21, o presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a formação de SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição de **Alimentação Pronta acondicionada em embalagem tipo “Marmitex” peso mínimo 700g cada**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, **doravante** denominada de CONTRATANTE, ficando adstritas as leis em vigência que regulamentam a matéria, Art. 69º do Decreto Municipal nº 59.677/2023 e legislações correlatas.

1.2 A contratação será procedida por licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, XLV e Art. 17º §2 da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e **Art. 69º do Decreto Municipal nº 59.677/2023**.

1.3 A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18º Inciso VIII da lei 14.133/21**).

1.4 O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **Menor Preço Por Item**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento, conforme **Art. 69º do Decreto Municipal nº 59.677/2023**.

1.5 A opção pelo Sistema de Registro de Preços foi pelas seguintes vantagens:

- a)** Mais agilidade para a contratação;
- b)** Evitar a formação de estoque, prática danosa para a administração pública;
- c)** Contratações futuras e em condições predeterminadas;
- d)** Não é gerada obrigação de contratar (**Art. 83º da Lei 14.133/21**).

1.6. O Registro de Preços é um procedimento auxiliar de licitação e contratação em que existe a possibilidade de se gerar uma contratação posterior. Deste modo, ele é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e também de aquisição de bens, para contratações futuras.

1.7. O SRP tem como objetivo tornar possíveis contratações simultâneas ou sucessivas, sem a necessidade da realização de procedimentos individuais para cada item. Isto é especialmente importante no caso de itens perecíveis e com prazos de validade curtos.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1.8. O SRP é também de grande vantagem para micro e pequenas empresas. Isto porque o fornecimento não tem necessidade de ser imediato, podendo até mesmo ser parcelado, desde que respeitada a validade da Ata do SRP.

1.9. A opção pelo Sistema de Registro de Preços encontra embasamento no **Art. 64º Inciso I e II do Decreto Municipal Nº 59.677/23** que rege:

Art. 64º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

1.10. A utilização da Ata de Registro de Preço esta atrelada ainda a outros benefícios para a administração pública:

1) Flexibilidade e Economia: A aquisição parcelada de marmitex permite a adaptação das quantidades e frequência conforme a demanda real, evitando desperdícios e excesso de estoque. Isso proporciona uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros.

2) Planejamento e Previsão: A ata de registro de preço proporciona previsibilidade e planejamento orçamentário. A contratação por período determinado e a possibilidade de reajustes conforme os índices estabelecidos garantem uma adequada gestão de custos.

3) Eficiência Logística: A aquisição parcelada permite a negociação com fornecedores para o fornecimento contínuo e pontual de marmitex, assegurando a qualidade e a regularidade dos serviços.

4) Redução de Processos Licitatórios: Com a ata de registro de preço, reduz-se a necessidade de realizar novos processos licitatórios para cada compra, simplificando a gestão administrativa e reduzindo os custos associados.

2. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos da Lei Orgânica do Município, possui como atribuição o fomento à agricultura e à pecuária, bem como a promoção de políticas públicas voltados ao atendimento dos trabalhadores rurais, pequenos produtores, chacareiros e suas organizações, observando diretrizes como incentivo à produção, assistência técnica, fortalecimento da agroindústria, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável da propriedade rural.

2.2. Nesse contexto, a Lei Municipal nº 6415/2024 institui o Programa Porteira Adentro, que viabiliza a execução de serviços estruturantes nas propriedades rurais, incluindo





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

manutenção e recuperação de estradas, mecanização de áreas, implantação de estruturas produtivas, transporte de insumos e apoio direto à agricultura familiar, evidenciando a necessidade de atuação contínua e descentralizada das equipes da Secretaria.

2.3. O Município de Vilhena possui área territorial de 11.699,150 km², sendo aproximadamente 65% composta por reservas indígenas e áreas de proteção ambiental, enquanto a área urbana corresponde a cerca de 11 km². Tal configuração territorial resulta em uma extensa zona rural produtiva, que demanda presença constante do poder público para garantir infraestrutura, apoio técnico e condições adequadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias.

2.4. As equipes da Secretaria Municipal de Agricultura executam suas atividades predominantemente em campo, abrangendo serviços como cascalhamento e patrolamento de estradas vicinais, recuperação de pontes, visitas técnicas, cadastramentos, acompanhamento de projetos e realização de ações institucionais, o que implica deslocamentos frequentes e permanência prolongada em localidades distantes da sede do município.

2.5. Considerando as grandes distâncias entre a zona urbana e as áreas atendidas, bem como a natureza contínua dos serviços prestados, mostra-se inviável o retorno dos servidores à sede administrativa durante o intervalo intrajornada, sob pena de comprometer a eficiência, a economicidade e a continuidade das atividades executadas.

2.6. Nesse sentido, o fornecimento de alimentação pronta (marmitex) aos servidores em campo configura-se como medida necessária e adequada, garantindo condições mínimas de trabalho, evitando interrupções nas atividades, otimizando o tempo de execução dos serviços e contribuindo diretamente para o aumento da produtividade e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

2.7. Ademais, registre-se que o fornecedor atualmente contratado, RARO REGIONAL LTDA, manifestou formalmente através do ID 1542475, que deixará de fornecer refeições prontas (marmitex) ao Município de Vilhena, nos termos do Contrato nº 007/2025, em razão do encerramento de suas atividades no período diurno, passando a operar exclusivamente no período noturno, voltado ao segmento de culinária japonesa. Informou, ainda, que manterá o fornecimento de forma excepcional e temporária apenas à Secretaria Municipal de Agricultura, durante período de transição, em razão da complexidade e do tempo necessário à realização de novo procedimento licitatório. Tal circunstância evidencia a necessidade imediata de realização de novo registro de preços, a fim de evitar a descontinuidade do fornecimento e assegurar a continuidade dos serviços públicos.

2.8. Destaca-se que as ações desenvolvidas pela SEMAGRI possuem impacto direto no fortalecimento da produção rural, no desenvolvimento do Município e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, inclusive com incentivo à produção orgânica, sendo imprescindível assegurar suporte logístico adequado às equipes envolvidas.

2.9. Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade de atender aos servidores que atuam em campo, assegurando-lhes condições dignas e adequadas para





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

o desempenho de suas funções, em consonância com o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria.

2.10. Ressalta-se que a contratação observará rigorosamente os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e qualidade, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.11. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021):

2.11.1. Formação de Registro de Preço, para futura aquisição de Refeição Pronta, tipo Marmitex peso mínimo 700g cada, para atender as necessidades das Secretarias, doravante denominada de CONTRATANTE, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.

2.11.2. Descrição do objeto:

COD. ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO
122975	7.800	UND	REFEIÇÃO PRONTA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TIPO "MARMITEX" PESO MÍNIMO 700G CADA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
Composição da "Marmitex"			
Peso mínimo de 700g composta na base por arroz branco tipo 1 e feijão carioca tipo 1. Duas variedades de complemento (mínimo 300g): Macarrão, farofa, batatas, mandioca, batata doce, purês, abóboras, tortéis, legumes refogados e massas variadas em geral. Duas variedades de carne de primeira qualidade, sendo que todos os dias devem conter uma proteína de bovino. No decorrer da semana deve conter as seguintes variações: Bovino + Frango, Bovino + Suíno e Bovino + Peixe. A soma das carnes deve ser de no mínimo 250g (pronto) variando diariamente a forma de preparo, temperos e apresentação. Acompanha salada separada em recipiente individual, com no mínimo 3 opções variadas de saladas sendo: 1 opção de salada cozida e 2 opções de saladas cruas, variadas diariamente. A marmitex deverá ser entregue utilizando embalagem apropriada que não libere toxinas, livre de BPA, resistente ao calor e devidamente lacrada. Junto a marmita deverá conter 1 sachê (10g) de sal branco refinado, talheres de plástico e guardanapo.			

3. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6º Inciso XIII; Art. 20º; Art. 29º da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.671/23 Art. 1º §1º):

3.1. O objeto enquadra-se na classificação de qualidade comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

executada por grande número de empresas e Instituições do mercado, sem especificações técnicas complexas (**Art. 29º da Lei nº 14.133/21**).

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Capítulo X Seção V e seus Artigos da Lei 14.133/21; Decreto Municipal 59.677/23):

4.1. Órgão Gerenciador (Art. 65º Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.1.1. Compete ao Órgão Gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP e ainda (Art. 66º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

a) Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

c) Autorizar os pedidos de liberação realizados pelos órgãos participantes;

d) Controlar o quantitativo da Ata para futuras adesões.

e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades não participantes, a figura

do “carona”, o qual é “outro” órgão que não fez a manifestação da intenção de participar no prazo da lei. A “carona” será autorizada quando houver justificativa plausível e o aceite do órgão gerenciador e do fornecedor (**Art. 86º §2º da Lei 14.133/2021**);

f) Controlar o “carona”, que deverá contratar máximo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes conforme rege o Art. 87º § 1º do Decreto Municipal nº 59.677/2023;

g) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados;

h) Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

i) Cancelar a Ata nas hipóteses da lei.

4.2. Órgão Participante:

4.2.1 Secretaria Municipal da Agricultura – SEMAGRI;

4.3 Compete ao órgão ou à entidade participante:

a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;

d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

e) Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

4.4. Da Assinatura da ARP (Art. 66, VI do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.4.1. Após os procedimentos licitatórios e sua adjudicação, os licitantes mais bem classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, tendo estes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura, sob a pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

4.4.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificação apresentada seja aceita por esta Administração.

4.4.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital (Art. 19º § 2º do Decreto Federal 11.462/23).

4.4.4. Na hipótese de o primeiro convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos, perderá este o direito à contratação, estando sujeita às penalidades previstas neste Termo de Referência, e a CONTRATANTE convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado (Art. 84º e 85º do Decreto Municipal nº 59.677/2023).

4.4.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitarem a contratação nos termos do disposto no **item 4.4.4**, a CONTRATANTE, observados o valor estimado, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.4.4. Durante o prazo de validade da Ata, as Secretarias não serão obrigadas a adquirir exclusivamente por seu intermédio o objeto desta licitação, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 74º do Decreto Municipal nº 59.677/2023).

4.5 Da Vigência da Ata de Registro de Preços (Art. 72º do Decreto Municipal 59.677/2021):

4.5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

4.5.2. O contrato celebrado em decorrência do Registro de Preços está sujeito às regras





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 (Art. 86 Decreto Municipal nº 59.677/2023).

4.6. Do acréscimo de Quantitativos da ARP (Art. 72, §8º do Decreto Municipal nº 59.677/23):

4.6.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

4.7. Da Alteração ou atualização dos preços registrados (Art. 75º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do Art. 75º do Decreto Municipal nº 59.677/2023;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c) Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.8. Da Negociação de Preços Registrados (Art. 76º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.8.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

4.8.2. Caso não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.8.3. Na hipótese prevista no **item 4.8.2** acima, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

4.8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços, nos termos do **item 4.9** e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

4.8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

4.8.6. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos (Art. 77º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

- a)** O fornecedor comprove a devida alteração de valor demonstrando seus custos no intervalo entre a apresentação de sua proposta e o reajuste atual;
- b)** Deverá ser aplicado no preço final reajustado o desconto concedido entre a primeira oferta realizada pelo licitante no pregão ao valor final adjudicado;
- c)** A repactuação de preços se dará mediante solicitação formal do fornecedor anexado as comprovações de que cita a alínea “a” acima;
- d)** O órgão gerenciador tem o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento formal da repactuação, para negociar e responder ao fornecedor se defere ou não seu pedido de reajuste. Caso defira o pedido deve proceder até este prazo o seu reajuste. Caso indefere deve apresentar ao fornecedor suas razões;
- e)** O valor repactuado será aplicado somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitida a repactuação nos itens já liberados e empenhados.

4.8.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob a pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

4.8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do **item 4.8.9**, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

4.8.9. Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

4.8.10. Na hipótese de comprovação do disposto no item 4.8.6 a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado.

4.8.11. Na hipótese de redução atualização do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

4.9. Do Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados:

4.9.1. Do Cancelamento do Registro do Fornecedor (Art. 71º, V do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.9.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 4.8.8; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

4.9.1.2. Na hipótese prevista na alínea “d” do item 4.9.1.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

4.9.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.9.1.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação.

4.10. Cancelamento dos Preços Registrados (Art. 80º do Decreto Municipal nº 59.677/23):

4.10.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 4.8.9 e no 4.8.4.

4.10.2. A solicitação do cancelamento da Ata deve se proceder de maneira formal, mediante solicitação por escrito, na qual o requisitante deve explicar as razões pelas quais não tem como manter o preço e as condições pactuados.

4.10.3. O cancelamento deve ocorrer somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitido o cancelamento de itens já liberados e empenhados.

4.11. Da Adesão das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços:

4.11.1. Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades não Participantes (Art. 87º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.11.2 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 4.11.1 deste Instrumento (Art. 87 § 1º e 2º 3º e 5º do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.11.3. As aquisições ou as contratações adicionais (Carona) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na Ata de Registro de Preços (Art. 86º § 4º da Lei 14.133/21).

4.11.4. O quantitativo decorrente das adesões (Carona) à Ata de Registro de Preços a que se refere o Item 4.11.3 deste Instrumento não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86º § 5º da Lei 14.133/21).





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

4.11.5 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com o órgão participante.

4.11.6. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram deste Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador com aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.11.7. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.11.8 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4.12. Da Contratação com Fornecedores Registrados (Decreto Municipal nº 59.677/2023):

4.12.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão participante por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 95º da Lei nº 14.133/2021.

4.12.2. Os instrumentos de que trata o item 4.12.1 serão assinados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.13. Da Alteração do contrato:

4.13.1. O contrato decorrente do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no Art. 124º da Lei nº 14.133/2021.

4.14. Da Vigência do Contrato:

4.14.1. A vigência do contrato decorrente do sistema de registro de preços será estabelecida nos termos do Art. 105º da Lei nº 14.133/2021.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

5.1 As despesas decorrentes da realização do objeto deste Termo de Referência correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme dotação discriminada abaixo:

Órgão: Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade orçamentária: 19.001 – Secretaria Municipal de Agricultura Função: 20 – Agricultura

Sub função: 122 – Administração Geral

Programa: 0027 – Desenvolvimento e apoio aos produtores rurais e agroindústrias

Projeto/atividade: 2238 – Apoio ao Setor de Agropecuária

Natureza da despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo Desdobramento: 07.00 – Gêneros de alimentação

Fonte de recurso: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos Reduzido: 309





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

6. DO QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21):

6.1. O levantamento da quantidade a ser adquirida através deste processo para futuro registro de preços foi estimado com base na demanda de necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando histórico de consumo, aumento significativo nas futuras demandas de ações previstas para o exercício corrente da Secretaria, e o período a ser utilizado, sendo 12 meses.

6.2. O valor total estimado da contratação é de R\$ 181.974,00 (cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e setenta e quatro reais), conforme planilha detalhada a baixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA – Conforme Art. 48, I Lei 123/2006					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Média	Valor Total
1	Aquisição de refeição pronta condicionada em embalagem tipo “MARMITEX” peso mínimo 700G cada, conforme termo de referência.	Unidade	5.850	R\$ 23,33	R\$ 136.480,50

COTA RESERVADA 25% - Conforme Art. 48, III Lei 123/2006					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Média	Valor Total
2	Aquisição de refeição pronta condicionada em embalagem tipo “MARMITEX” peso mínimo 700G cada, conforme termo de referência.	Unidade	1.950	R\$ 23,33	R\$ 45.493,50

6.3 Considerando a natureza divisível do objeto, bem como o valor total estimado, atenderemos o inciso III do art. 48 da LC 123/2006, o qual determina que em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deverá ser estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

7. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. As refeições cujos preços serão registrados, devem ser fornecidas em embalagem





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

tipo “Marmitex” acondicionadas, lacradas, com peso mínimo de 700G cada, respeitando a composição definida no item 2.7, **preparadas em estabelecimento com sede no Município de Vilhena/RO.**

7.2.O fornecimento dos produtos objeto deste Termo deverá ser conforme a necessidade do Contratante, de forma parcial ou continua após assinatura do Contrato/equivalente, mediante emissão de Requisições/Ordens de Fornecimentospor autoridade competente, onde conste a assinatura do servidor responsável pela sua emissão e o número de refeições a serem fornecidas.

7.3.A solicitação da Marmitex pela Contratante deverá ser encaminhada a empresa contratada com no mínimo 04 (quatro) horas de antecedência ao seu fornecimento, observado os horários normais de cada refeição, a necessidade, logística e condições de acondicionamento dos produtos.

7.4.O fornecimento poderá ser solicitado em dias úteis, finais de semana ou feriados;

7.5.A Licitante vencedora deverá entregar as Marmitex de acordo com ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste termo de referência;

7.6.As refeições deverão ser preparadas dentro das condições higiênico-sanitárias exigíveis, nos termos da legislação vigente pertinente a preparação de alimentos, em especial a Portaria Estadual nº 228/2002/SESAU, de acordo com a opção de cardápio pré estabelecida.

7.7.O produto objeto deste Termo, devido às suas especificações, serão armazenados adequadamente, preparados no dia do seu fornecimento por profissionais habilitados e entregues de forma parcelada ou contínua (diariamente), pelo sistema de requisição e de acordo com a necessidade do Contratante.

7.8.As refeições deverão apresentar características organolépticas adequadas (cor, odor, aparência e consistência), observadas os procedimentos gerais de produção, bem como as normas do Manual de Boas Práticas de Elaboração de Alimento e Prestação de Serviços, de acordo com a Portaria nº 1.428/93 e com a Resolução nº 63/00 do Ministério da Saúde, normas e recomendações das entidades similares.

7.9.Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer outros ingredientes utilizados na elaboração das refeições, deverão ser obrigatoriamente de primeira qualidade, estarem perfeitas condições sanitárias, dentro do prazo de validade e com boa apresentação visual;

7.10.Não será permitida a adição de qualquer aditivo químico com o intuito de acentuar a coloração ou sabor de qualquer preparação;

7.11.Não reaproveitar os alimentos prontos que já foram ou não servidos;

7.12.Garantir a qualidade sanitária não utilizando ovos crus no preparo e elaboração dos alimentos das preparações a base de ovos (maionese, etc.);

7.13. Reutilizar o óleo da fritura apenas sob condições adequadas de controle, senão trocar a cada 06h (seis horas);

7.14.Não poderão ser utilizados utensílios de cozinha de madeira ou que contenham qualquer parte de madeira (tais como: tábua, colher, cabo de faca, etc.), devendo ser





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

substituídos por utensílios fabricados com polietileno.

7.15.O sabor dos pratos é elemento essencial, não devendo ser excessivamente temperado nem insosso;

7.16.Boas Práticas: controle de saúde dos funcionários, controle de água para consumo, controle integrado de vetores e pragas urbanas, regras para visitantes, controle de matérias primas, higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, manipulação e processamento dos alimentos nas etapas básicas de preparação (recebimento, armazenamento, pré-preparo, cocção, refrigeração, congelamento, descongelamento, reaquecimento, porcionamento e distribuição);

7.17.Deverão ser observados pela Contratada, recursos humanos adequados e qualificados ao serviço solicitado, cumprindo as leis da Saúde do Trabalhador e órgãos reguladores (ANVISA, CRN, Ministério do Trabalho e outras)

7.18.No caso de fornecimento de produto com características organolépticas inadequadas ou fora das especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta de Preços vencedora, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 14.133/2001 e suas alterações, caberá análise técnica por parte do gestor do contrato que, considerando a gravidade da ocorrência, decidirá pela rescisão do contrato ou a substituição do produto rejeitado, por parte da Contratada, em até no máximo 01 (uma) hora da Notificação, independentemente da quantidade rejeitada e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19.No caso de entrega em quantidade inferior à solicitada, a Contratada deverá também, em até no máximo 01 (uma) hora, responsabilizar-se pela sua complementação.

7.20.Os produtos serão fornecidos à medida que forem requisitados no decorrer do exercício financeiro, podendo ser utilizados parcialmente, conforme necessidade e interesses da Administração, sem prejuízo dos valores e quantidades contratados inicialmente.

7.21.Após decorrido o prazo constante dos subtópicos 10.18 e 10.19, os produtos poderão, a critério do Contratante, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total da Ata/Contrato, com as consequências previstas em lei e neste Termo de Referência.

7.22.A Contratada deverá verificar junto aos seus fornecedores/colaboradores, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar, a posterior, problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição de produtos que compõem o objeto como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento.

7.23.Fica expressamente proibido o fornecimento dos produtos objeto deste Termo para órgãos não pertencentes ou vinculados a ata de registro de Preço.

7.24.Fica reservado a esta Administração, o direito de solicitar amostras para realizações de testes que comprovem a qualidade das refeições. Para tanto, os alimentos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os alimentos considerados insatisfatórios em qualquer das análises





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum alimento apresentar irregularidade, a Contratante enviará a um laboratório de sua escolha, uma amostra para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

7.25. A prefeitura o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade do alimento fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preço, cujas características contrariem as definidas neste Termo, alimentos estes estragados, alterados e / ou adulterados.

8. DA GARANTIA

8.1. Garantir à qualidade dos produtos, que deverão ser preparados dentro das condições higiênico-sanitárias exigíveis, nos termos da legislação vigente pertinente a preparação de alimentos, em especial aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, observado às normas e padrões brasileiros vigentes e as normas e recomendações das entidades similares no âmbito deste Município e Estado.

9. DO RECEBIMENTO

9.1 Por se tratar de produto perecível, para garantir a segurança e a qualidade dos alimentos perecíveis, o processo de recebimento devera ser feito de forma definitiva e imediata. Isso significa que a inspeção e a aceitação ou rejeição do produto são realizadas no momento da entrega, para garantir que o alimento esteja em condições adequadas para o consumo. Entende-se por perecível algo que dura pouco e devido a isso terá um fim ou deixará de existir.

9.2 O recebimento dos produtos será realizado por servidor competente e a fiscalização pelo cumprimento das normas referentes aos produtos entregues (quantidades, qualidade, características, respeito de prazos, enfim, previsões contidas neste Termo e no Edital de Convocação) de inteira responsabilidade do Fiscal indicado mediante Portaria oportunamente anexada aos autos;

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades em máximo 01 (uma) hora.

10. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

10.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Este Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (Art. 92º, Inciso II da Lei





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

14.133/2021).

10.3. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput).

10.4. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119º).

10.5. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120º).

10.6. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput).

10.7. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º).

11. GARANTIA DE CAUÇÃO DO CONTRATO: A CONTRATADA recolherá aos cofres do Município de Vilhena-RO, no pagamento da primeira parcela, caução correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato, importância está a ser devolvida à CONTRATADA somente após o cumprimento integral das obrigações por esta assumida, sendo facultativo prestá-la mediante caução em dinheiro, em Título da Dívida Pública, Carta de Fiança Bancária, Seguro Garantia. (Lei nº 14.133/2021, Art. 96º, §1º).

11.1. DO FISCAL DO CONTRATO: A CONTRATANTE, através do ordenador de despesas, deverá designar o fiscal do contrato para o recebimento e controle dos materiais. O mesmo registrará todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada a CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. Comunicar a CONTRATANTE por escrito no prazo de 12 (doze) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Pregão, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou de por força maior;

12.2. Fornecer o objeto licitado conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

12.3. Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

12.4. Retirar o Instrumento Contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

recebimento da convocação formal;

12.5. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

12.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021.

12.7. Garantir a qualidade do objeto entregue, bem como substituir qualquer objeto que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.

12.8. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, substituída do contrato, em até três dias após sua convocação (Art. 90º da Lei 14.133/21).

12.9. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato ou seu equivalente e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.

12.10. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21).

12.11. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

12.12. Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato, pelo contratado, conforme as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

13.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3. Notificar por escrito, a empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento das refeições e embalagens.

13.4. Rejeitar, no todo ou em parte, as marmitas entregues pela contratada que estejam fora das especificações e qualificações mínimas exigidas pelo Termo de Referência.

13.5. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

13.6. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

13.7. Conferir o objeto recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

13.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

13.9. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer objeto entregue que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

13.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência.

13.11. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

13.12. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

13.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21):

14.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, através de transferência bancária em conta corrente (Art. 142º da Lei 14.133/21), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo setor competente, conforme liberação pelo Controle.

14.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68º da Lei 14.133/21.

14.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

14.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

14.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do objeto, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

14.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

14.7.No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.8.A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se o objeto entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

14.9.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\%/100) \times 365}{EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.10. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

14.11.Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

14.12.No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

14.13.A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145º da lei 14.133/2021).

14.14.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.15.Por ocasião do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

14.16.Antes de cada pagamento à CONTRATADA, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.17.Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

14.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.19. Persistindo a irregularidade a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

14.20. Havendo a efetiva entrega do objeto, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no Termo de Referência.

15.2. A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Termo e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

16.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

17. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

17.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;

e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

a) Cartão de CNPJ;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021);

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/2021).

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/2021);

g) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/2021);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

18.1. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

18.1.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);

18.2. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

a) O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço/produto fornecido), produto e quantidade fornecida.

b) A Administração, por meio do Pregoeiro ou de outro (s) servidor (es) designado (s), poderá, caso haja necessidade, diligenciar as instalações da empresa para certificação da veracidade das informações prestadas acima pela empresa Licitante

c) Comprovação de Licença/Alvará de Funcionamento, Alvará da Vigilância Sanitária em vigor expedida pelo Órgão competente (Municipal);

19. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

19.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

19.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

19.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021:

19.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do Art. 46 da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14º da Lei 14.133/2021;

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

19.5. Nos termos do Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

19.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

19.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

20. PENALIDADES (Art. 92º, Inciso XIV, Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021):

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155º Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156º Lei nº 14.133/2021):

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do **item 20.1** deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do **item 20.1** deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §5º da Lei 14.133/2021);
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/2021);
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/2021).

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

20.4. A sanção prevista na Alínea a do **item 20.2** deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do **item 20.1** deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei 14.133/2021).

20.5. A sanção estabelecida na **Alínea c do item 20.2** deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima das Secretarias, ou seja, pelos Secretários (Art. 156º, §6º da Lei 14.133/2021).

20.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do **item 20.2** deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e "e" do mesmo **item 20.2** deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/2021).

20.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156º, §8º da lei 14.133/2021).

20.9. Na aplicação da sanção prevista nas Alíneas "d" e "e" do **item 20.2** deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157º da lei 14.133/2021).

20.10. A aplicação das sanções previstas no **item 20.2** deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (Art. 156º, §9º da lei 14.133/21).

20.11. A aplicação das sanções previstas nas Alíneas "b" e "c" do **item 20.2** deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021).

21. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

21.1. O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

21.2. As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

21.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais

22. INFORMAÇÕES GERAIS:

22.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99241- 8840 ou na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, localizado à Avenida Jô Sato, nº 1983, Parque Industrial, CEP: 76.982-131, Vilhena/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h30min às 13h30min.

22.2. Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar à Administração, para fins de principiar o necessário processo de licitação visando atender demanda quanto a aquisição de Refeição pronta, acondicionada em embalagem tipo “Marmitex” 700g.

23. DO FORO:

23.1. O Termo de Referência elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme assinaturas dos representantes, e aprovado pelo Secretário Municipal de Agricultura.

Vilhena/RO, 24 de abril de 2026.

Elaborado por:

Milena Fuzari de Holanda
Agente Administrativa


Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Milena Fuzari
 24/04/2026 12:37:25
<https://vilhena.oxi.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=9bde96a5-35d0-4ae4-b376-bcd7e03606c9>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Iohrana Aparecida Thiesen
Auxiliar Administrativa


Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
Iohrana Aparecida Thiesen
 24/04/2026 13:33:49
<https://vilhena.oxi.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=9bde96a5-35d0-4ae4-b376-bcd7e03606c9>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Aprovado por:


Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
GILVANEIO DA VEIGA
 24/04/2026 12:46:12
<https://vilhena.oxi.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=9bde96a5-35d0-4ae4-b376-bcd7e03606c9>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Gilvaneo da Veiga
Secretário Municipal de Agricultura
Dec. 62.148/2024
SEMAGRI
(assinado eletronicamente)





DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxynet.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 9bde96a5-35d0-4ae4-b376-bc07e03606c9 - Página 26/26